

A paternidade no centro pela busca de outras masculinidades entre grupos de homens

ALBERTO LUIS ARAÚJO SILVA FILHO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA, DF, BRASIL

[HTTPS://ORCID.ORG/0000-0002-8180-7812](https://orcid.org/0000-0002-8180-7812)

ALBERTOSILVATERRA@HOTMAIL.COM

TÂNIA MARA CAMPOS DE ALMEIDA

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA, DF, BRASIL

[HTTPS://ORCID.ORG/0000-0003-4147-7668](https://orcid.org/0000-0003-4147-7668)

TANLAMARACA@UNB.BR

Eu podia desfrutar o que você me dava, mas só com vergonha, cansaço, fraqueza, consciência de culpa. Consequentemente, por tudo isso eu só conseguia ser grato como um mendigo, nunca através da ação.

(Carta ao pai – Franz Kafka, 2004[1919]).

Introdução

A construção social das masculinidades no mundo moderno é atravessada por diferentes questões, as quais impactam a vida material e subjetiva dos indivíduos que são lidos e (auto)designados sob esse gênero. No intuito de reinterpretar este processo, diversas áreas do conhecimento passaram a abrigar a discussão que aponta para o fato de que o “homem” não está dado enquanto tal, mas é construído milimetricamente

por meio de atos, gestos e imposições. Logo, as masculinidades (que podem ser consideradas por distintas perspectivas teórico-empíricas¹) são aqui objeto de estudo imbricadas à paternidade.

A paternidade aparece como um tema crucial na sociedade patriarcal, em que o valor máximo do homem está ligado a ser pai e chefe de família, convenção estabelecida desde a instituição do *pater familias* na Roma Antiga. Curiosamente, no Brasil, a paternidade mostra-se central mesmo havendo mais de cinco milhões de crianças sem o nome do pai no registro civil, conforme dados de 2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e do aumento dessa ausência no último quinquênio, totalizando uma média de 100 mil crianças sem o nome do pai no universo médio de 1.600.000 nascimentos anuais desde 2018 (Agência Brasil, 2022). Ou seja, ao mesmo tempo que o país se assenta sobre modelos hegemônicos de parentesco, que confere centralidade à figura do pai, há um “patriarcado sem pai”, nos termos de Ana Liési Thurler (2009).

A performatividade de gênero masculina – produtora de pais ausentes afetiva e documentalmente – está ligada ao processo de socialização no qual os homens se veem obrigados constantemente a obter a aprovação de homens em posição de bem-sucedidos e exitosos, acarretando em consequências negativas para si, como o desprezo ao autocuidado e o silenciamento de problemas emocionais; e em consequências negativas para outrem, como a prática de violências contra as mulheres, a *brotheragem* (no sentido de cumplicidade, não de conotação sexual) com os erros dos seus iguais e a subalternização de todos aqueles considerados afeminados ou mais frágeis, a exemplo dos homossexuais (Grossi, 1995; Zanello, 2018). A superação dessa performance exige repensar a maneira como os homens têm sido educados a ser e estar no mundo, colocando em curso novas possibilidades de vida. Parte dessa tentativa de revisão de paradigmas tem sido fomentada por meio de grupos organizados e frequentados espontânea e exclusivamente por homens.

Em diversas localidades brasileiras, tais iniciativas têm emergido e se propagado desde o início deste século. Ainda que dispostos em diferentes linhas de condução, um dos seus objetivos comuns passa por contribuir para que seus participantes se tornem “não machistas”, “menos machistas” ou, pelo menos, relativizadores dos padrões basilares do ser homem habitual. Aqueles que vêm até esses grupos podem participar de mais de um ao mesmo tempo e os procuram por livre iniciativa²: são homens que desejam viver de forma mais plena e positiva suas masculinidades, sem cerceamentos de ditames opressores em relação a si e às pessoas em geral. Muitas dessas iniciativas são mediadas por psicólogos, cientistas sociais e mestres da *yoga*, da bioenergética e/ou da meditação; algumas são gratuitas, outras pagas. Tais grupos têm aparecido nos jornais impressos, nos *sites* de notícias e nas redes sociais como um caminho de desconstrução do “machão”, figura prototípica nos moldes do patriarcado. Fala-se também, nos diversos meios, que os grupos de homens são uma via de superação da “masculinidade tóxica”³, a qual estaria na raiz das agressões às mulheres, presenciadas diariamente, e da expansão de formas diversas de vivenciar o masculino. Contudo, estes mesmos espaços tem recebido críticas feministas por pouco problematizarem as desigualdades entre homens e mulheres.

1 Como deixa claro o trabalho de Pamplona e Barros (2021), cujo objetivo foi fazer um levantamento da literatura publicada sobre o tema no Brasil.

2 Diferente de grupos reflexivos de agressores enquadrados na Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006), normalmente frequentados por determinação judicial, ou grupos ligados a instituições religiosas, que reúnem homens com crenças religiosas comuns, a exemplo do “culto de varões” entre evangélicos.

3 Expressão que ganhou destaque e uso corrente no senso comum para se referir à violência e à dominação viril como características de um masculino visto como adoecido ou em conflito (Mesquita & Silva-Corrêa, 2021).

Trata-se de um fenômeno socioantropológico relevante, o fato de que homens têm se organizado, entre si mesmos, para discutirem e reelaborarem seu conjunto de direitos e deveres/obrigações e privilégios, inclusive procurando deles abrir mão. Nesse sentido, este artigo é desdobramento de investigação sobre grupos exclusivamente constituídos por homens e criados espontaneamente, em perspectiva crítica ao machismo no Distrito Federal, a qual analisou se esses se aproximavam de abordagens feministas ou pró-equidade de gênero, bem como a maneira pela qual estas seriam ou não incorporadas às suas atuações (Silva Filho, 2021). Em linhas gerais, mapeamos esses grupos e procuramos conhecer se seus proponentes tinham conhecimento das lutas feministas e se as aplicavam ao contexto dos grupos, bem como analisamos por observação participante quais eram as dinâmicas de interação e os conteúdos prevalentes no interior dos grupos. Estes passaram a ocorrer virtualmente em 2020 devido à covid-19, exigindo uma adaptação da referida observação participante.

A etnografia digital tem se constituído nos últimos anos como um dos principais métodos de pesquisa das Ciências Sociais. Em meio à crise sanitária e ao isolamento social provocados pela pandemia, essa ferramenta ganhou ainda mais proeminência entre antropólogos/as e sociólogos/as na medida em que permitiu a substituição do acompanhamento direto das interações presenciais pelo acompanhamento dos fluxos sociais na *web* em uma plêiade de campos de estudos. Ambas as dimensões interacionais, entretanto, não são mutuamente excludentes, pois os fluxos em rede reproduzem valores, comportamentos e preceitos hegemônicos da relação face a face e até mesmo criam sociabilidades outras, as quais caracterizam fortemente o mundo atual, em especial em meio ao desenvolvimento tecnológico das mídias digitais e ao distanciamento social vividos intensamente nos últimos anos. Ou seja, o conteúdo multimídia que circula na internet replica as práticas e o universo simbólico solidificados na cultura e favorece novas práticas com base em referências especialmente patriarcais (Segato, 2003). Além desses aspectos mostrarem sua viabilidade, em termos etnográficos, a essência do método também não se altera substancialmente com a mudança de universo. O/A etnógrafo/a preserva, no espaço *online*, os mesmos princípios de observação e busca por inteligibilidade dos fenômenos sociais (Ferraz & Alves, 2017).

Em ambos os coletivos de *WhatsApp* observados, prevaleceu a postura de observador parcialmente aberto, a partir da classificação do pesquisador sueco Jorgen Skageby (2011): na etnografia digital, o pesquisador pode manter-se oculto (sem interagir com os participantes que analisa), parcialmente aberto (interagindo em alguns momentos) ou aberto (em constante interação). Antes de nossa saída dos grupos, a identidade de cientista já estava então explícita para os membros. O processo etnográfico exigiu, na linguagem de Goffman (2014), a construção de habilidades e práticas representacionais para o papel que fosse mais adequado àquele cenário. Pelo fato de que os coletivos não possuíam uma data de encerramento, a data final de inserção foi outubro de 2020, quando material significativo já havia sido coletado, em particular sobre o tema das parentalidades e paternidades.

Este artigo tem o intuito de apresentar um recorte de trabalho etnográfico digital realizado durante quatro meses de 2020 em dois coletivos de *WhatsApp* ligados aos grupos reflexivos masculinos ou, como preferem se intitular, grupos de homens. Ao todo, foram encontrados treze grupos no Distrito Federal (localidade do pesquisador e da pesquisadora), tendo sido analisados à época um total de cinco deles, com base em entrevista a seus representantes e em aplicação de questionário sociodemográfico a fim de levantar o

perfil dos participantes destes espaços⁴ (respondido por apenas algumas dezenas dos que ali estavam e sob o conhecimento da presença do pesquisador no grupo). Além disso, a análise também foi baseada na referida observação participante via *WhatsApp*, a qual fornece material empírico às **presentes reflexões**. Objetivamos, a partir dessa fração de dados do *corpus* reunido para uma dissertação de mestrado, discutir a maneira como a paternidade se faz central no debate sobre masculinidades travado pelos integrantes desses espaços. A elaboração deste trabalho decorre do fato de que, durante a inserção do autor nos grupos, a figura do pai era constantemente evocada pelos sujeitos. Grosso modo, esse pai era visto em uma série de situações como o responsável por formar a masculinidade do filho-homem. Logo, a sua ausência e os conflitos do vínculo entre pais e filhos surgiam como questão constante de debate, na medida em que se consideravam sérios e profundos os prejuízos daí decorrentes à **vida masculina** dita saudável em vários aspectos.

A princípio, as falas sobre paternidade eram pontuais. Mas, ao longo das semanas, notou-se a grande dimensão que o pai, praticamente idealizado e com alcance **mítico**, possuía na vida desses homens. Paternidades e masculinidades entrelaçavam-se nos diálogos, haja vista que ser filho e ser pai são identidades, funções e papéis que constituem a subjetividade dos homens em nossa sociedade patriarcal. Porém, ainda que os espaços analisados fossem permeados por problematizações em torno das temáticas de gênero e sexualidade, as conversas sobre pai e paternidade reiteravam estereótipos, conformando a paternidade na figura do homem cisgênero heterossexual e chefe de família. Saltava-se da queixa ao “pai ausente” ou “pai rejeitador”, que geraria carências em sua prole, para a idealização de um pai-por-vir que muitos desses homens desejavam ser em relação a seus próprios filhos, ressignificando o pai que tiveram no passado. Esse desejo tornava-se inclusive motivo para procurarem os grupos de homens, mantendo-se a eles vinculados virtualmente mesmo no momento da pandemia.

Através de links disponibilizados pelos coordenadores de dois dos treze grupos do Distrito Federal, foi possível ingressar nos *chats* no mês de julho de 2020. Sabe-se que o campo *online* é marcado pela instabilidade e pela fluidez das manifestações, demandando escalas distintas de sistematização, análise e arquivamento das informações (Ferraz, 2019). Foi constatado esse fato ao verificar a enorme quantidade de mensagens que chegava via notificação do aplicativo no *smartphone* do pesquisador, o que a interação presencial poderia restringir, assim como a livre manifestação de opiniões poderia ser mais constrangida e cuidadosa a fim de não acarretar ofensas. As conversas dos coletivos envolviam correntes de cunho religioso ou de mera superstição, debates que não eram aprofundados, reflexões consistentes, anúncios de *lives*, cursos e palestras, formulários de pesquisas e um intenso entra-e-sai de participantes.

Para filtrar esses dados⁵, destacamos as interações fundamentais a partir da ótica de nossos problemas de pesquisa. Paralelamente, foi mantido um diário de campo *online* no qual eram registrados os debates mais importantes, as mensagens-chave desses debates e um resumo das datas de observação, mesmo que não houvesse temas relevantes em foco. Desde o início da observação, era notório que o tema das parentalidades e paternidades produzia interesse nos interlocutores. Em meio à diversidade de temas que podiam preocupar os homens, chamava a atenção que o pai se projetasse enquanto uma espécie de sombra permanente na vida

4 Constatou-se nos grupos um predomínio de homens brancos e pardos, altamente qualificados (sendo a maioria com pós-graduação) e com renda superior a dez salários mínimos, ou seja, pertencentes aos estratos médios da sociedade brasileira. A idade média dos participantes, por sua vez, era superior a 45 anos.

5 Parte do material da pesquisa foi exportado para nuvens de armazenamento.

dos que ali estavam. Um pai com feições demarcadas, sujeito-efeito e imaginado com base nos processos de instanciação do gênero na cultura (Segato, 1998).

Neste artigo, serão desdobradas as discussões sobre esse tema nos coletivos – ora nominados por Web 01 e Web 02 – em dois momentos considerados cruciais. Nesses diálogos, ficou evidente não só como a questão do *pater* toca no centro da identidade masculina, mas também como esses grupos são marcados por embates entre percepções mais progressistas (favoráveis a demandas dos movimentos feministas e LGBTQ+) e mais conservadoras (que fecham o debate sobre a condição masculina em si mesma e na heteronormatividade). Nesse sentido, destituiu-se nossa percepção anterior de que os grupos de homens são espaços apenas daqueles cuja consciência política de gênero inclina-se à **desconstrução** do patriarcado. Pelo contrário, a possibilidade do exercício da paternidade precisou em alguns instantes ser ideologicamente disputada. Ao contextualizarmos teoricamente a discussão, será necessário primeiro historicizar o tema, recolocando o pai como personagem e *locus* principal de um patriarcado que é material e simbólico, apontando para as origens da falta e dos conflitos produzidos entre os homens dos grupos com relação a um indivíduo-guia que pairaria sobre os seus imaginários e (re)construções de si.

Esses aspectos foram levantados não apenas nesses grupos do Distrito Federal, pois projetos similares e com tais problematizações têm crescido no Brasil e ocupado a atenção da imprensa e das mídias sociais. Alguns foram retratados no documentário *O Silêncio dos Homens* (Castro & Leite, 2019), de grande circulação no país em 2019. Segundo Freitas, Machado e Scarparo (2014), os grupos masculinos emergiram na década de 1970 na América do Norte, apresentando-se em diferentes versões que iam desde movimentos pró-feministas ou de terapias de masculinidades (com caráter progressista de revisão), passando pelos movimentos mitopoiéticos (conjugando elementos essencialistas, ecológicos e espiritualistas) e chegando aos movimentos pelos direitos dos homens (com caráter antifeminista e reacionário)⁶.

Esses grupos propiciam atualmente aos participantes falarem sobre questões geralmente negligenciadas, a exemplo: sexualidade, relacionamentos, o processo de tornar-se pai, fragilidades emocionais e psíquicas, religiosidade, saúde masculina, entre outras. Certas conversas difíceis em termos de macularem a imagem do homem destemido e seguro, ignoradas nas mesas dos bares, entram nestes espaços. Logo, sinais de vulnerabilidade como esses, emitidos nos grupos masculinos, jogam o sujeito para o terreno da feminilidade, tendo em vista que a emoção tem sido longamente associada às mulheres, enquanto a razão seria um atributo dos homens, que encarnariam em si mesmos a ideia de humanidade e abominariam a ideia de não serem assim reconhecidos (Kirjner, 2016).

As iniciativas, em geral, possuem coordenação ou mediação de terapeutas que ajudam os homens a revisarem o masculino em si ou a se reconectarem com um masculino idealizado, sagrado, que mesclaria características tradicionais como virilidade, força e bravura com reivindicações de gênero contemporâneas como maior sensibilidade e responsabilidade sobre tarefas de cuidado. Contudo, esse processo se baseia na busca por uma essência considerada puramente positiva, passada de pai para filho, de antepassados para as gerações atuais, até mesmo do divino para o humano. Desse modo, pelas mãos e pelos olhares exclusivos de outros

6 Connell (1995) também aborda divisão semelhante, nomeando estes movimentos de “políticas de masculinidades”.

homens (fictícios, míticos e/ou de carne e osso) e em perspectiva praticamente lendária, acabam por reeditar um dos requisitos para o ingresso na “casa dos homens” (Welzer-Lang, 2001), célula central do patriarcado.

Se não produzem o novo homem alinhado à equidade entre os gêneros, ainda assim os grupos masculinos contribuem para questionar alguns aspectos do padrão do *macho alpha* – visto por muitos como antiquado nas suas expressões públicas – e proporcionam transformações importantes para a vida pessoal de alguns de seus membros. Portanto, ainda que a masculinidade tradicional, calcada na ideia do homem dominador, branco, egocentrado, heterossexual e privilegiado em relação às mulheres e aos homens mais sensíveis, delicados, pobres, negros/indígenas ou LGBTQ+ seja contestada nos grupos masculinos, permanecem os marcos da estrutura desigual e violenta de gênero sem a tentativa de dissolvê-la por meio do desenvolvimento de pensamentos, valores, representações, sentimentos e práticas que fogem às tramas do pai e do patriarcado, conforme discutiremos a seguir.

O “pai” como protagonista da ordem patriarcal

O patriarcado pode ser definido, nos termos do antropólogo português Miguel Vale de Almeida (1996), como uma organização de gênero na qual a masculinidade hegemônica define-se a partir da inferioridade do feminino e das masculinidades subordinadas. Este patriarcado, como estrutura na qual a figura masculina é posicionada ao centro e distribui valor às pessoas, situações e objetos, é basilar à sociedade brasileira. Desde a chegada dos colonizadores, passando pelos senhores de engenho do regime escravocrata, pelos coronéis da República Velha, pelas lideranças predominantemente de homens brancos até os pais de família do Brasil contemporâneo, vê-se, grosso modo, uma história marcada pela articulação entre masculinidade hegemônica, racismo e poder socioeconômico e político nos âmbitos público e privado. O *ethos*, a visão de mundo e a vivência patriarcal, entretanto, não residem apenas na distribuição das hierarquias que organizam e dão sentido às formas de sociabilidade e interações. Sua persistência dá-se também no terreno do simbólico, constitutivo dos sujeitos, seus afetos e intimidades.

Embora essa estrutura não resulte de características intrínsecas aos homens, assim designados biologicamente, as pessoas que apresentam marcas masculinas corporais como tais compreendidas pelo olhar social, identificam-se com esses significantes e são normalmente socializadas nesse registro masculino, mostrando-se próximas a seus protótipos, ainda mais se inseridas nas camadas superiores de classe e raça. Igualmente, é muito comum que as pessoas anatomicamente consideradas mulheres sejam percebidas e se percebam atreladas à noção corrente de feminilidade, oposta complementar ao masculino⁷. Esses comportamentos, pensamentos e sentimentos ganham ar de natureza imutável, ainda que se inscrevam no campo das relações socioculturais e políticas.

Falar de patriarcado toca diretamente nas compreensões e práticas sobre a paternidade, a qual vem sendo problematizada enquanto assunto de interesse cidadão e democrático após a maior visibilidade dos

7 Conforme Segato (1998), embora parte de um modelo estável, o gênero é profundamente variável nos seus processos de instanciação a partir dos seres sociais. Nesse sentido, assim como gestos, trejeitos e disposições não estão automaticamente relacionados a posições sexuais específicas, o corpo anatômico não corresponde imediatamente a um gênero determinado, ainda que as formas representacionais e linguísticas estabelecidas permaneçam assentadas em marcos binários.

movimentos feministas nos anos 1970, inicialmente nos Estados Unidos e na Europa. Tornou-se fundamental, entre suas bandeiras de luta, a igualdade de responsabilidades e deveres sobre a parentalidade por parte de mulheres e homens, bem como o direito à filiação paterna por parte das/os filhas/os. Embora o Brasil seja marcado pela ausência do pai nos registros civis e pelo desconhecimento da paternidade por parte significativa da população, assim como pelas desigualdades no exercício da parentalidade no cotidiano – a qual está além de procedimentos legais, referindo-se às provisões material e emocional –, o pai permanece enquanto forte referência normativa do parentesco. Contudo, o não reconhecimento paterno é considerado, por grande parte das pessoas atingidas, como violência a ser reparada, conforme pesquisas desenvolvidas por Ana Liési Thurler (2006, 2009).

Mais do que um vínculo, a paternidade se constitui como um conjunto de regras que estabelecem a vida social e subjetiva na ordem patriarcal, os juízos e valores a partir dos quais todos/as nós estamos submetidos/as ou, ao menos, interpelados/as. Trata-se do domínio do masculino nas micro e macro relações de poder. Por isso, Joan Scott (1986) propôs gênero enquanto categoria de análise, a fim de observar e compreender um sistema de longo percurso histórico em um feixe de vínculos que pode incluir as identidades e os papéis sociais e que não é diretamente determinado por sexo nem capaz de determinar a sexualidade. Por esse ponto de vista não essencializante dos estudos de gênero e feministas, ser pai não é algo dado biologicamente. Inclusive os laços familiares se fundamentam por vias plurais em diversos grupos sociais.

Nesse sentido, é possível afirmar, com base no psicanalista francês Jacques Lacan (2005), que o processo de filiação se dá no terreno da cultura, por meio do uso da linguagem. Assim como o estabelecimento da diferença sexual (Ambra, 2021), a paternidade se instaura pelo discurso. Em sua teoria, é o “nome-do-pai” ou “não do pai”, transmitido como herança, que cria um processo intervalar entre as gerações, possibilitando a existência de um suporte para o “local” com o qual se identifica a lei⁸. A “função paterna”, noção também lacaniana, não necessariamente é exercida pelo pai biológico, por ser simbólica. Pais adotivos, mães solteiras, pais homossexuais, tios, entre outros/as/es, podem cumpri-la na estrutura patriarcal. Logo, é possível ver como, mesmo na ausência de um pai socialmente convencional – um homem heterossexual que reconhece o seu filho, em geral decorrente de um casamento –, mantêm-se vívidos o exercício e o sentimento de paternidade diante da reconfiguração dos modelos familiares (Pinho, 2020; Roudinesco, 2003).

Socialmente, o tornar-se pai emerge de diferentes maneiras: por filiação genética, adoção, vinculação legal ou desejo simbólico de filiação/paternidade. Essa última modalidade faz parte de um processo de desvinculação da procriação em relação à sexualidade, o que vem ocorrendo nas últimas décadas e que se associa a demandas liberacionistas de parte dos feminismos e ao desenvolvimento tecnológico na área de saúde. Esse movimento no qual a figura do pai como um homem chefe de uma família nuclear já não é tão relevante como em contextos anteriores; não aponta para uma sociedade pós-patriarcal, assim como não aponta para a significativa superação do reconhecimento paterno. Se a “função paterna” permite desvincular o exercício da paternidade do homem “masculino” heteronormativo, ela também autoriza a reflexão em torno da persistência do protagonismo do patriarcado na vida social, tendo em vista que aquele que incorpora a paternida-

8 Segundo Lacan (2005), há três tipos de pai: o simbólico, o real e o imaginário. O Pai Simbólico é aquele cuja existência ocorre por meio do mito e da palavra; o Pai Real opera como agente da castração; e o Pai Imaginário é o modo como a criança percebe o pai. Ainda na obra do autor, paternidade, função paterna e pai são tratados como categorias distintas.

de ocupa um lugar fundamental na reprodução da sociedade. Permite pensar também na contradição entre as diversidades do exercício da paternidade que convivem com a persistência de uma demanda para que o pai continue anatômica e culturalmente atrelado ao masculino.

Durante a etnografia virtual realizada acerca dos espaços intitulados grupos de homens, como já dito, foi possível observar como a paternidade e o reconhecimento do homem-pai são centrais na vida dos sujeitos que demandam acolhimento nesses locais. Não se trata aqui de uma chancela meramente documental, mas afetiva. Embora se tenha em mente a importância do nome do pai na certidão de nascimento, que garante também a reprodução de um sobrenome familiar e a possibilidade de demandar direitos civis, como a pensão alimentícia, a sua mera inclusão ali não é suficiente para garantir que o pai participe dos cuidados das crianças e que lhes dê atenção. Essa lacuna na relação pai-filhos, como visto nos grupos, é capaz de produzir deslocamento social e sofrimento pessoal, o que faz com que o olhar do pai e sua confirmação subjetiva sejam fundamentais para a constituição do indivíduo – ainda mais se tratando de um homem. Trechos de conversas entre os participantes desses coletivos masculinos no *WhatsApp* são reveladores dessa demanda. Primeiramente, abordaremos aqui uma conversa ocorrida em data próxima ao festejado Dia dos Pais no Brasil em 2020, em 08 de agosto daquele ano⁹:

Quadro 01 – Mensagens enviadas em 19/08/2020.

“O que um filho procura é sempre a companhia do seu pai” (20h14)
“A companhia do nosso pai, ainda que em circunstâncias difíceis, alimenta a nossa masculinidade” (20h14)
“Aos pais do grupo, uma dica, passem mais tempo com os seus meninos, sozinhos, só vocês, acampando, viajando, isolados, ou quem sabe brincando, jogando, vivendo a energia do menino e do homem, ambos se alimentando um do outro” (20h16)
“Um homem só se torna um homem na companhia de outros homens, e não na companhia de meninos ou de mulheres...” (20h33)
“Não foi à toa que nos ritos de passagem desde tempos muito antigos, só era permitida a presença de homens, fosse numa caverna ou no meio da mata, onde eles se retiravam para viver a experiência de se tornarem homens” (20h35)

Fonte: *WhatsApp* (2020).

Ora por compreensões derivadas de uma trajetória marcada pelo distanciamento pai-filho, ora por entendimentos resultantes de abordagens psicologizantes aplicadas nesses espaços, a ideia de que a presença física do pai tem íntima relação com a produção do masculino é marcante. A estabilidade da performatividade de gênero masculina dependeria de uma paternidade presente do ponto de vista afetivo-emocional via contato e proximidade de convivência, segundo o terapeuta junguiano canadense Guy Courneau (2014), um dos autores de referência para esses grupos de homens.

Em contrapartida, chama nossa atenção o estudo da historiadora francesa Elisabeth Badinter (1992) ao afirmar que desde a Revolução Industrial tem ocorrido um progresso gradual de afastamento dos homens do espaço doméstico nas sociedades europeias, onde antes se concentrava o núcleo

9 Optamos por transcrever as mensagens ao invés de apresentar as capturas de tela originais das conversas observadas.

da economia, predominantemente familiar. Com isso, deu-se um distanciamento entre os genitores masculinos e sua prole, ao mesmo tempo que se instituiu a noção de paternidade bem-sucedida como aquela ligada à provisão da família.

A paternidade, compreendida aqui em seu caráter histórico-social (na toada de Badinter), entretanto, não deve ser vista como algo que está dado como parte das organizações familiares instituídas pela cultura ocidental. Uma parentalidade que demanda aproximações emocionais é uma urgência da contemporaneidade. Conforme Phillipe Áries (1981), outro historiador francês, a centralidade da criança no seio da família é um fenômeno que se consolidou somente a partir do século XVIII na Europa. Os seres que hoje entendemos como crianças, bem como por adolescentes, constituem um conjunto de sujeitos submetido a noções temporalmente elásticas. Esses viveram por boa parte da história como símiles dos adultos, participando das mesmas atividades sociais, das mesmas conversas e trajando roupas semelhantes. A separação entre infância e vida adulta só se deu após o trabalho de intelectuais, pedagogos e moralistas que colaboraram para reordenar a posição dos infantes na sociedade (Áries, 1981). Dessa forma, só foi possível falar no impacto de maternidades e paternidades nas trajetórias dos sujeitos desde o momento em que se criou uma expectativa normativa sob a égide da família burguesa¹⁰.

Guardadas as devidas especificidades do caso brasileiro, mas considerando a influência europeia e católica durante o período da colonização, é histórica a atribuição compulsória da maternidade às mulheres, então inseridas em uma política coordenada pelo clero. Concomitantemente, sempre se reforçou a tônica do “pai desconhecido”, principalmente nas camadas populares compostas por homens e mulheres livres (Del Priore, 2009). Ou seja, enquanto aos homens tradicionalmente era e ainda é dado o direito de arbitrar sobre o reconhecimento ou não dos seus/suas filhos/as¹¹, bem como acerca da divisão dos cuidados com eles/as, às mulheres restou a responsabilização sobre as tarefas reprodutivas que concernem à prole e sua ligação dita natural a ela. Entre os segmentos escravizados do Brasil colonial, por sua vez, não existia sequer a ideia de que homens negros pudessem ocupar o lugar do pai, cabendo-lhes apenas o papel de engravidar as mulheres da senzala, problema que repercutiria até os dias atuais entre os sujeitos ditos racializados no Brasil, tendo em vista que entre estes é maior o índice da ausência do pai, incluso documental (Pinho, 2020; Thurler, 2009)¹². Logo, o ideário do “pai desconhecido”, que institucionalizou a maternidade solo em nossa sociedade, sempre conviveu com o ideário do “pai de todos” e centro da unidade familiar, associado ao homem branco e proprietário, reprodutor, por vezes, de filhos/as mestiços/as gerados/as através da violência brutal da escravidão, carentes do reconhecimento desse pai-senhor (Laitano, 2020).

Contudo, mesmo entre os modelos contemporâneos de paternidade das classes média e alta, nos quais existe a legitimação social e jurídica via certidão dos filhos, é flagrante o distanciamento emo-

10 E da qual a psicanálise é produto, na medida em que analisa as neuroses gestadas no interior dessa instituição (Roudinesco, 2003).

11 Esse direito de arbitrar sobre o reconhecimento ou não da prole faz com que mulheres-mães mobilizem, nas últimas décadas, o exame de DNA para atestar a paternidade dos seus filhos, já que se presume a mentira da palavra feminina por si só (Fonseca, 2004).

12 Os estudos de Robert W. Sleenes (2012), entretanto, mostram que o preconceito historiográfico contra o “pai escravo” não encontra sustentação nos registros da época, nos quais é possível observar a formação de famílias nucleares (pai, mãe e filhos) nas senzalas.

cional entre homem-pai e seus sucessores geracionais, o que tem gerado a necessidade de mobilizar os estudos das masculinidades para essa discussão a fim de compreender a ocorrência de deserções afetivas e não somente institucionais (ainda que de um pai imaginário). Se o apregoado coletivamente para o ser homem tradicional é o silenciamento das emoções e a prova constante de virilidade e dominação, que tipos de pais são gestados a partir dessa estrutura de gênero? Atualmente, os grupos de homens de matriz reflexiva têm levantado essa discussão a partir dos relatos de seus membros, que não apenas retomam episódios de trajetórias pessoais marcadas pela angústia da ausência paterna como também refletem acerca de que pais eles próprios são em suas práticas de parentalidade com seus/suas descendentes.

Paternidades em questão e em rede

Durante a inserção nos coletivos de *WhatsApp* ligados aos grupos de homens, dois foram os momentos centrais em que a questão das paternidades foi evocada na conversação. Coincidentemente, esses momentos se deram no mês de julho de 2020. No primeiro, os participantes discutiram o tema da “função paterna”, que poderia ser ocupada tanto por homens quanto por mulheres. O ponto de partida foi uma fala sobre a ausência do pai quando a criança é cuidada por um casal de mulheres. No segundo, a discussão (conjugada a outros embates) se deu em torno da campanha do Dia dos Pais produzida pela marca de cosméticos Natura e estrelada pelo ator e político Thammy Miranda, homem trans, que iniciava com um longo texto acerca da ausência paterna na vida de milhões de brasileiros que cresceram sem saber sequer o nome do pai biológico.

Compreende-se a importância dessas duas cenas em função não apenas da mobilização de diversos participantes dos coletivos frente às questões, mas também em razão da intersecção do tema “paternidades” com as questões de gênero e sexualidade nas respectivas ocasiões. O problema reapareceu em uma série de momentos, porém estes dois foram os mais representativos da discussão, pois em ambos o cerne do debate era a existência do pai como função simbólica e não meramente reprodutiva. Disputava-se, de modo argumentativo, a extensão dos horizontes da paternidade, ajudando a desestabilizar, em certo grau, a ausência física do progenitor, reiterada em certas conversas como produtora de sofrimento psíquico entre os homens que necessitariam desse guia maior para tornarem-se plenamente masculinos.

Cena 1: Quem deve ocupar a função paterna

Em 22 de julho de 2020, no grupo Web 01, a paternidade aparecia com intensidade enquanto tópico de observação. Nas conversas do dia, os homens discutiam a questão sob a ótica do seu sofrimento pessoal e outros sob a ótica de observadores externos. Alguns mostraram preocupação com o discurso da ausência paterna, pois essa poderia marginalizar casais de mulheres. Contudo, a “função paterna” fora evocada discursivamente enquanto fator produtor de estabilidade. Além disso, o papel do pai só poderia, nessa concepção hipotética, ser assumido por um homem (em geral heterossexual);

tese essa sob problematização de um participante – iniciador da conversa a respeito – que viu nisso indicativo de discriminação contra casais lésbicos que assumem a criação de crianças e adolescentes.

Quadro 02 – Mensagens enviadas em 22/07/2020 – Parte I.

“Pessoal estava escrevendo uma coisa sobre a falta de referência paterna ou masculina que muitas crianças sentem. Com esta falta acabam copiando as masculinidades da mídia. E quando escrevi da importância da figura masculina como referência me deparei com o seguinte questionamento: E as mães homoafetivas? Como eu falo da importância da figura paterna ou masculina como referência englobando e não minimizando ou menosprezando estas questões?” (22h25)

“Confundir a função paterna com a presença masculina p mim é um grande erro” (01h54)

“Se você jogar no Google vai aparecer interpretações como essa: ‘A figura paterna representa a autoridade, a lei, os limites que disciplinam a criança. É a presença do pai que ajuda a criança a separar-se da ligação primária com a mãe para explorar e descobrir novas relações, tornando-se mais autônoma e independente’. Interpretação errada e simplista. Vai por aí não, de verdade” (02h01)

Fonte: *WhatsApp* (2020).

Conforme a antropóloga Cynthia Sarti (1992), os estudos sobre o parentesco na Antropologia apontam para a relativização da família conjugal como modelo universal. Seguindo a toada de Lévi-Strauss (2012), essa estrutura do parentesco poderia ser generalizada, porém apresentando variações culturais e históricas que ora deslocariam a figura do pai para o protagonismo ora para a inferioridade em relação à mãe, que seria a determinante da linhagem. Portanto, não se sustenta a alegação de que modelos familiares diversos ao de pai-mãe-filho causariam a forclusão de uma lei simbólica anterior, já que o modelo atualmente hegemônico é resultado de processos sociais que foram sendo gestados ao longo do tempo. Logo, as relações familiares burguesas convencionais (fundamentadas na diferença sexual e na heterossexualidade) não são a única possibilidade de produção de filiação – como mostram as famílias homoafetivas mencionadas nas mensagens acima.

Outra suposição que surgiu juntamente a essas mensagens foi a de que a ausência de referenciais masculinos na família faria com que os meninos acabassem por copiar modelos de masculinidades propagados pela mídia. Ou seja, o sujeito-homem produziria identificação¹³ a partir do que acessasse nos textos ou nas telas. Sabe-se que os veículos de comunicação têm servido como tecnologias de gênero, na acepção da historiadora italiana Teresa de Lauretis (2019). Filmes, séries de TV ou *streaming*, livros, músicas, entre outros, ajudam a consolidar e difundir ideais do eu a serem incorporados nas performances de gênero masculina e feminina, tais como a ideia da maternidade e do casamento como realizações das vidas das mulheres e a capacidade de provisão e a sexualidade exacerbada como realizações das vidas dos homens (Zanello, 2018). Nesse sentido, a formação midiática do masculino não teria distinções com relação aos processos de socialização tradicionais.

13 A identificação é um processo por meio do qual o indivíduo forma a sua personalidade. Nela ocorre a absorção de aspectos, propriedades ou atributos de outrem. Identificar-se pode ser um ato de aglutinação ou de defesa (Freud, 2013).

Quadro 03 – Mensagens enviadas em 22/07/2020 – Parte II.

“A ausência de figuras masculinas na família. Seja avôs ou tios... teria problema? Deixaria a mídia carimbar mais a imagem do que seria o masculino?” (22h50)

“Cara na verdade isso é um assunto beem extenso, mas pra mim na grande maioria das vezes acho que os meninos terminam inconscientemente copiando a mãe, se espelhando por não ter alguém igual em quem se espelhar ou até em tios, avôs, homens próximos (mas se não tiver nenhum desses por perto acredito que ele estaria muito prejudicado em relação a outros meninos mas é uma opinião minha, com base em coisas minhas também não teria muito pra onde fugir)” (23h00)

Fonte: *Whats.App* (2020).

Outros participantes do diálogo mostraram a importância do pai na formação do indivíduo a partir da ótica da repulsão da anormalidade. Uma mensagem citou supostas estatísticas (não detalhadas ou apresentadas na fonte) que exporiam a tendência de filhos criados sem pai a entrarem no mundo da criminalidade. Esta declaração poderia passar apenas como a reiteração de dados sociológicos produzidos em diferentes países e que correlacionam ambos os fenômenos. Entretanto, a sua evocação oculta o fato de que o abandono paterno – na acepção institucional – é maior entre as classes sociais e grupos racializados cujas condições de vida e acesso aos direitos básicos são mais precários. Ademais, deixa em entrelinhas a crença de que o exercício do poder patriarcal na família seria condição necessária para impedir crianças e adolescentes de se inserirem em atividades ilícitas. Ou seja, sem pai, não haveria autoridade para conter os desvios de conduta¹⁴.

Quadro 04 – Mensagem enviada em 22/07/2020 – Parte III.

“Nos EUA, tem a curiosa e triste estatística. A chance de se envolver no crime aumenta significamente [sic] para filho de mãe solteira. Mas filho de casal de lésbica não tem aumento” (23h03)

Fonte: *Whats.App* (2020).

A conversa sobre o tema se estendeu com a disponibilização de *links* a respeito do problema. Dentro desses espaços, mostrou-se ser comum a ideia de que o maior responsável pela formação e percepção de determinada masculinidade honrada, não criminoso ou não violenta de um filho seja o seu pai biológico, de criação ou um homem que ocupe esse lugar (um tio, um avô, um padrasto, etc.). Tratava-se de um problema postulado desde o início, tendo em vista que, para parcela significativa dos participantes dos variados grupos masculinos, vigora a noção de que um homem só se materializa a partir da condução de outro homem, em geral de maior idade, sendo levado à “casa dos homens” (Welzer-Lang, 2001).

A mitificação da função do pai, enquadrada nos termos tradicionais do patriarcado, vai ao encontro de argumentos psicanalíticos que, em momentos específicos¹⁵, mostraram-se contrários à configuração de novos arranjos familiares. Com base em alguns psicanalistas de viés lacaniano, a pluralização de agentes a

14 Essa retórica patriarcal tem tamanha expressão que, em 2018, foi utilizada na campanha presidencial pelo então candidato a vice-presidente General Hamilton Mourão. Ele afirmou que filhos criados por mães ou avôs são propensos ao “desajuste” (Agência Ansa, 2018).

15 Haja vista o debate ocorrido na França em torno da legalização do casamento homoafetivo (Perelson, 2006).

compor as funções paterna e materna promoveria a indiferenciação sexual e, por consequência, um déficit simbólico nas crianças que fossem subjetivadas nesses modelos polimorfos. Uma das razões desse suposto déficit é o fato de que cabe ao pai a função de desacoplar simbolicamente o bebê da mãe (e, mais além: introduzi-lo às leis da masculinidade, que seriam as do mundo social). O grande problema deste raciocínio é que, com o aumento dos divórcios, o ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho e a queda das taxas de natalidade no Ocidente, a diferenciação sexual deixou de ser a única importante, abrindo espaço para que outras diferenças tenham impacto nos processos de subjetivação (Butler, 2003a; Pombo, 2019).

Para compreender tais concepções essencialistas é necessário entender que esses grupos se utilizam de diversos referenciais presentes na psicologia, na psicanálise e na psiquiatria, além de literatura de ficção, cujos discursos petrificam o “masculino” e o “feminino”. A exemplo, uma das obras basilares que circulam nos grupos é *João de Ferro: Um livro sobre homens*, de autoria do poeta norte-americano Robert Bly (1991).

Nesse livro, Bly argumenta que a iniciação masculina é fulcral para a formação da masculinidade. Em diferentes sociedades, rituais referentes ao tornar-se homem faziam e fazem parte da trajetória de vida dos indivíduos. Porém, nas sociedades ocidentais contemporâneas, o declínio desses ritos de passagem fez com que meninos passassem à maioridade sem terem noção do que era adequado ao “masculino”, desconhecendo o seu papel social. A perda desse processo estaria na raiz dos refúgios buscados pelos homens nas drogas ilícitas e na pornografia, bem como na violência perpetrada por esses meios. O homem moderno estaria, portanto, desorientado em relação ao seu destino, sem a condução dos seus similares (Bly, 1991). Essa desorientação é vivenciada nos grupos de homens como uma ausência que tem consequências subjetivas e na própria masculinidade. Logo, a desvinculação com relação ao pai (ou correspondente, que ocuparia o lugar de iniciador) seria a perda do homem que habitaria potencialmente nesses sujeitos, mas que precisaria ser moldado na convivência com o pai, ancestrais ou autoridades masculinas¹⁶.

Cena 2: O pai transexual

No fim de julho, ocorreu no grupo Web 02 um debate sobre a temática da paternidade, especificamente acerca da paternidade ausente. O tema foi levantado a partir do caso de Thammy Miranda, homem trans, personalidade pública e atualmente vereador em São Paulo, que, ao ser convidado a participar de uma campanha da Natura do Dia dos Pais, causou impacto no debate do senso comum brasileiro às vésperas da comemoração. A questão dominou as conversas a partir do dia 29 de julho, começando no início da tarde quando foi compartilhado um texto e uma foto com Thammy e seu filho. A mensagem criticava a hipocrisia da sociedade brasileira, que se ocupava em questionar a legitimidade da identidade masculina do protagonista da campanha ao mesmo tempo que não problematizava nem questionava os inúmeros pais ausentes e agressores por todas as partes.

16 A perda do pai passa a ser vivenciada, em termos psicanalíticos, como uma espécie de melancolia. Nos termos freudianos: “A libido nesse caso, sem ter direcionamento, desloca-se para o ego estabelecendo uma espécie de identificação deste com o ente perdido. A perda objetual passa a ser uma perda do próprio ego” (Freud, 2020: 10) “Libido” é uma expressão tomada da teoria da afetividade. Chamamos assim a energia, considerada como grandeza quantitativa – ainda que por ora não seja mensurável –, daqueles impulsos que têm a ver com tudo o que podemos reunir na categoria “amor” (Freud, 2020: 36).

Quadro 05 – Mensagem enviada em 29/07/2020 – Parte I.

“Thammy não é pai pois não tem pau!

Mas sabe quem tem pau?

Os pais de 5,5 milhões de crianças sem sequer o nome do pai no registro de nascimento;

Os pais que ao saberem que as mães estavam grávidas sumiram;

Os pais que pagam 200,00 de pensão enquanto compram combo de whisky na balada;

Os pais que nunca deram amor; Os pais que nunca educaram; Os pais que não ensinaram a andar de bicicleta; Os pais que não cuidaram de uma febre alta; Os pais que bateram...

Sabe aquele moleque pedindo dinheiro no sinal? O pai dele tem pau!

Sabe aquela menina que nasceu vítima de um estupro? O pai dela tem pau!

Sabe aquela criança especial que foi abandonada em um orfanato? O pai dela tem pau!

A campanha da Natura leva outros nomes conhecidos, mas ninguém vai falar disso, vão falar da pessoa da foto abaixo, porque segundo eles ela é uma mulher. E mulher não é pai! Avô também não, tia também não, padrinho também não, mas são eles que são os verdadeiros PAIS de muitos filhos. Digam também para os pais que tiveram seus filhos por meios artificiais que eles não são pais, diga aos pais de crianças adotadas que eles não são pais, afinal, o esperma não saiu do pau deles né?

A definição de pai e mãe vai muito além de um órgão genital, pais são amor, são afeto, são educação, são zelo, são segurança.

Pra ser pai você definitivamente não precisa de um órgão doador de esperma, pra ser mãe você não precisa parir uma criança. Você precisa ser HUMANO, ser digno e ensinar que a melhor coisa do mundo é amar o nosso próximo” (13h22)

Fonte: *Whats.App* (2020).

O texto causou reação imediata. Alguns homens se mostraram contrários ao que chamaram de demonização dos homens cisgêneros e dos pais de maneira geral. Outros partiram para a ironia, enfatizando a posse do pênis como um definidor de identidade e orgulho, mencionando inclusive a questão do seu tamanho, já que o texto faz referência ao “pau” como possível definidor do ser homem. O objetivo (de alguns) era marcar que a masculinidade (supostamente) legítima talvez não orbitasse no terreno da transexualidade e ainda estivesse atrelada ao plano biológico. A percepção dos participantes que passaram a disputar essa narrativa sobre a paternidade era de que o homem cisgênero (e que, portanto, pode ser lido socialmente como um “pai de verdade”) é alvo – dentro do próprio grupo – da construção de uma imagem distorcida que, conseqüentemente, rebaixa as suas competências e o desvaloriza enquanto “pai de família”.

A conversa também foi marcada por certa indignação com a generalização que o texto apontava, indicando supostamente que os pais brasileiros seriam essencialmente ruins. Contudo, a maioria dos par-

ticipantes da conversa enfatizou a centralidade da questão *trans* e a necessidade de respeitar a todos/as/es, independentemente de identidade de gênero e orientação sexual. Também essa maioria apontou para um horizonte de revisão crítica das paternidades, mantendo esse traço questionador do coletivo. Logo, a inclusão de uma masculinidade diferente nas alusões à data, embora disputada, encontrou respaldo nas visões de parte considerável dos que se manifestaram ao longo do dia, tornando perceptível o fato de que ali havia um entendimento e uma aceitação acerca da legitimidade da identidade transmasculina e de sua capacidade à paternidade. Em suma, ainda que fosse um espaço composto por maioria de homens cisgêneros e heterossexuais, o grupo, ora representado pelo coletivo de *WhatsApp*, é um *locus* onde as disputas em torno de concepções conservadoras de sexualidade e gênero se tornam possíveis.

Quadro 06 – Mensagens enviadas em 29/07/2020 – Parte II.

“Infelizmente é devido aos 5,5 milhões de pessoas que não possuem o nome do pai em seu registro. O dia dos pais sempre foi algo muito diferente do das mães, e se a gente notar a quantidade quase extinta de movimentos que pensam na saúde do homem, a gente compreende por que essa figura é tão estereotipada.

É muito difícil falar sobre homens com as mulheres por exemplo, que visualizam o homem com muitas possibilidades, menos como igual” (sem horário)

“é que nem aquela velha polêmica... mulheres falando que homens são escrotos ou tomam determinadas atitudes e PULA UM MACHO DO BOEIRO pra dizer: MAS EU NÃO, EU NUNCA, EU NÃO SOU ASSIM. Parabéns, não faz mais que a obrigação. ng está falando de você. siga na desconstrução e ajude a combater o que estão falando” (14h06)

“O texto fala JUSTAMENTE que NÃO precisa ter um PAU pra ser pai. Mas tem muito PAI com PAU por aí que não faz nem o que deveria. Em momento nenhum generaliza falando QUE TODO HOMEM COM PAU ou nada disso” (14h27)

“5,5 milhões que não registraram os filhos. O restante supostamente não teria pago pensão, não teria amado, não teria educado os filhos. Releia o texto. É esse tipo de generalização que eu sou contra” (14h41)

“Acho absurdo ficarmos discutindo qual é o verdadeiro pai, se um homem hetero ou um homem trans, independente de qual tipo de homem, se é pai, e trata um filho como um pai de fato deve tratar, é pai e ponto” (16h07)

Fonte: *WhatsApp* (2020).

A partir dessas mensagens, é possível afirmar que nem todos os enquadramentos possibilitados pelo masculino têm passagem livre para a “casa dos homens”, ainda que aqui essa apresente contornos progressistas. No caso acima, o fato de haver um sujeito que antes era identificado com o gênero feminino e que atravessou um árduo processo para ser reconhecido enquanto homem gera tensionamentos e questões entre os seus pares de gênero. Sua masculinidade precisa ser continuamente disputada. Essa

tensão atinge o ápice quando a sua imagem passa a ser associada à paternidade, que concerne, assim como a maternidade, a representações sociais tradicionais e a visões biologizantes.

Ou seja, nos marcos coletivamente sancionados, a figura do pai e da mãe decorrem também da posse das genitálias e dos aparelhos reprodutores respectivos (mãe = vagina e útero; pai = pênis e testículos). A inversão destes paradigmas gera reação imediata nos estabelecimentos sociais, ao desestabilizar as normas de compatibilidade entre gênero e genitália a partir do aparecimento de novas representações: o “homem que engravida”, “o pai com vagina” ou a “mãe com pênis”. Logo, quebra-se a cadeia genitália-gênero-orientação sexual-performance pressuposta desde o nascimento na sociedade patriarcal (Butler, 2003a).

Nesse sentido, o gênero, ao contrário do que se pressupõe, é uma construção social cultural, política e historicamente variável, incorporada sob a forma de diferentes vias que podem se mostrar profundamente violentas, a ponto de serem questionadas por sujeitos que, dada a sua posição, foram e são continuamente subalternizados por meio de recursos de patologização. Conforme Foucault (2014), desde o século XIX, diferentes tipos sociais, dentre os quais os homossexuais, têm sido relegados ao plano da anormalidade com o auxílio de diferentes campos de saber responsáveis por catalogar e analisar os comportamentos disfuncionais à manutenção do biopoder (Foucault, 2002). Somente nas últimas décadas, as lutas por reconhecimento têm auxiliado no desmoronamento dessas fronteiras rígidas antes estabelecidas entre o normal e o anormal, ainda que estas continuem penalizando desproporcionalmente as pessoas LGBTQ+.

Com relação à questão do abandono paterno que também gerou repulsa em alguns dos participantes que enxergaram no debate nova forma de culpabilização, é possível dizer que longe de algo individualmente variável, a questão aí abordada ganha conotações estruturais no Brasil. Segundo o estudo de Thurler (2009), também realizado no Distrito Federal, nos anos 2000, em nossa sociedade vem se constituindo secularmente um novo tipo de patriarcado, destituído da presença física e de convivência com o pai; abandono que marca a vida de diversas crianças. Essa deserção, que pode se dar de diferentes maneiras, contribui para consolidar um panorama de paternidade livre, em paralelo a uma maternidade compulsória, haja vista que as mulheres que abandonam ou se afastam temporariamente dos/as seus/suas filhos/as ou que interrompem clandestinamente as suas gestações são enxergadas como autoras de atrocidades.

Por sua vez, os pais, ainda que exercendo cuidados mínimos na criação dos/as seus/suas filhos/as, são vistos como heróis ou homens que ajudam suas esposas e companheiras, em uma tônica na qual a única responsabilidade pelo cuidado é materna. As disputas em torno dessa paternidade levam à intensa desconfiança dos depoimentos femininos acerca de quem é o pai, algo que se legitima por meio da legislação, tornando central o papel do exame de DNA (Fonseca, 2004; Thurler, 2006, 2009). Ademais, mesmo que haja o reconhecimento masculino, em função da divisão sexual do trabalho os cuidados e afetos muitas vezes recaem quase que inteiramente sobre a mãe enquanto uma imposição do patriarcado, o que estrutura um distanciamento pai-filho, afastando de modo automático a criança da principal referência masculina familiar heteronormativa. Ou seja, o pai do patriarcado, ainda que assuma essa parentalidade, acaba sendo sempre inatingível, sempre distante e sempre julgador da mas-

culinidade do filho, exigindo deste provas de sua hombridade como meio de render-lhe honra essencial e alimentá-lo na posição de autoridade-guia.

Sobre paternidades e masculinidades

Não há como falar em masculinidade hegemônica¹⁷ sem falar em negação de afetos lidos como positivos à humanização em nossa sociedade – tal qual também falam os grupos de homens. Demonstrações de amor, carinho e cuidado vindas por parte de homens (em direção a outros homens ou até mesmo em direção às mulheres) indicam vulnerabilidade, feminilização e fragilidade, aspectos que contrastam com o que se espera de um “homem de verdade”. Socializados para rejeitarem o feminino desde o primeiro estágio da infância, aqueles designados como pertencentes ao gênero masculino passam a constituir-se como seres avessos ao trabalho de reprodução social que envolve a criação – para além da provisão de aspectos materiais – dos filhos. Nesse sentido, as sociedades patriarcais contemporâneas, como é o caso do Brasil, são também sociedades marcadas pelo abandono paterno, seja do ponto de vista do reconhecimento documental seja do ponto de vista afetivo. O que aparenta ser uma contradição é, no fundo, a afirmação do poder do *pater*, que nas famílias nacionais detém a prerrogativa de cuidar ou não dos seus/suas filhos/as, sendo relegado esse fardo de responsabilidade pela prole às mulheres, fato culturalmente sancionado.

Quando os homens dos grupos refletem sobre o processo de socialização que tiveram na infância, observam a diferença imputada a meninas e meninos, sendo que notam que o preparo à maternidade ocorre antes mesmo da distribuição de determinados brinquedos a elas. Autoriza-se às meninas o uso de bonecas com fraldas e mamadeiras, bem como jogos de cozinha e de limpeza da casa. Elementos que, conjugados, se relacionam às tarefas domésticas e ao cuidado com os filhos (Belotti, 1975). Exige-se, portanto, da jovem menina um comportamento passivo e voltado a um futuro papel como mãe e dona de casa. Embora a contemporaneidade esteja marcada pelo acesso de mulheres a posições de destaque, antes predominantemente masculinas, a bem da verdade pouco foi alterado no modo como se dá a instanciação do gênero nas trajetórias dos sujeitos. O aceitável com relação às mulheres continua sendo assumir papéis que não caberiam aos homens. Quando uma mulher rompe essa expectativa social, torna-se alvo do sexismo¹⁸.

Conforme Judith Butler (2003a), feminino e masculino não são elementos biológicos ou da natureza. São produtos de um esforço contínuo, estabelecido via práticas sociais e performáticas que se repetem ao longo do tempo e do espaço, ocasionando a formação de estrutura de longa duração que se retroalimenta a partir da ação dos agentes em sociedade. Esta estrutura envolve padrões de conduta que são possíveis de observar entre homens e mulheres; gestos e ações, modos de vestir, de se expressar corporalmente ou de lidar com determinadas questões, como saúde e violência, repetem-se de forma generifi-

17 Connell e Messerschmidt (2013) apontam as instabilidades intrincadas neste conceito, haja vista que a masculinidade hegemônica não é a mesma em diferentes contextos históricos e culturais. Logo, o modelo predominante do ser homem varia conforme o espaço-tempo.

18 Exemplo clássico desse fenômeno é a virulência dos ataques sofridos pelas mulheres no campo político, principalmente quando assumem posições de liderança no Legislativo ou Executivo.

cada justamente porque o binarismo de gênero vigente impele à oposição complementar dos processos de produção de sujeitos designados homens ou mulheres. Processos esses que vêm desde antes do nascimento, pois na barriga da pessoa gestante já é possível identificar qual será o “sexo” da criança e, então, desencadear uma série gendrada de projeções, valores, nomeações, etc. Nesta descoberta, desencadeia-se uma série de previsões de como será a vida do menino ou menina que virá ao mundo (Bento, 2017). O quarto azul do garoto, seu interesse por futebol e por carrinhos; ou o quarto rosa da menina, seu interesse por roupas, maquiagem e bonecas Barbie, dentre um rol de outras partições binárias.

As expectativas, no caso dos meninos, desembocam mais tarde em um modelo de masculinidade onde a parentalidade está mais relacionada à capacidade de custear despesas do que a de exercer uma aproximação pai-filho marcada pela intimidade. Por outro lado, em milhões de famílias, nem mesmo essa ligação material chega a acontecer, devido ao desconhecimento do *pater*. Se ser homem é garantir a todo instante não ser feminino, nos termos de Badinter (1992), isso significa que o masculino repele a condição materna socialmente convencional, relativa ao cuidar, ao nutrir, ao empatizar-se. Diante disso, é comum, entre homens de diferentes classes sociais, gerações e etnias, o relato de que nunca conseguiram ter uma conversa franca com seus pais, expressando aquilo que realmente sentiam em relação a eles, a si mesmos ou a determinadas situações. Com isso, o afastamento faz-se uma tônica, fazendo com que esse tipo de relato chegue aos consultórios de terapia e aos grupos de homens ora analisados, dando centralidade ao tema da paternidade, muitas vezes sob a crença de que o homem-guia de um homem em formação é seu pai, em uma espécie de mito.

Contrariamente a esse ideal, o que se vê muitas vezes é a mãe como a principal referência familiar, principalmente no Brasil, onde o número de famílias cuja responsabilidade reprodutiva e financeira recai exclusivamente sobre mulheres é de quase 50%, conforme dados do IPEA. Com base em noções estereotipadas de constituição do gênero, o menino criado por mãe solteira seria incompleto em seu “ser homem”, pois tenderia a replicar comportamentos femininos ao invés de espelhar-se em um sujeito masculino que a ele estivesse próximo, transmitindo-lhe o *habitus* necessário para ser validado na “casa dos homens”. Na toada da perspectiva crítica de gênero exposta, é possível afirmar que esse raciocínio se coaduna com a inferência de que as masculinidades são antes de tudo precárias, pois dependem da vigilância e validação internas e externas para manterem-se operantes enquanto possibilidade que se concretiza sob aparência de natural ou real.

O masculino (que indica virilidade, racionalidade, destreza e dominação no patriarcado) dependeria desde cedo, portanto, de uma figura maior. Figura essa que se supõe cisgênera e heterossexual, como foi possível notar nas disputas envolvendo o Dia dos Pais, pois a conformidade de gênero e sexualidade está fixada no imaginário e aqueles que se distanciam dela são estigmatizados, marcados com a insígnia da anormalidade, relegados à visibilidade negativa contínua (Goffman, 1981). Ainda que existam embates pela aceitação desse tipo de diferença, estão consolidadas historicamente representações dos corpos adequados à família e ao parentesco (Butler, 2003a); representações tais que jogam a transexualidade (bem como a homossexualidade) para o terreno da abjeção. Nessa direção, o “bom pai” continua a ser imagetivamente relacionado ao “homem de verdade”, ainda que o modelo de masculinidade hegemônica contradiga em seu cerne a parte afetiva demandada psiquicamente pelos/

as filhas/as (homens, mulheres e demais pessoas) em relação aos seus genitores. Esse dilema é levado a grupos como os aqui abordados na forma de questão crucial ao diálogo.

Considerações finais

Na obra *Pai Pai*, João Silvério Trevisan (2017), homem gay que era rejeitado assim como sua mãe e irmãos pelo patriarca da família – comerciante alcóolatra e decadente –, faz um lamento em relação à incapacidade de ter se aproximado de seu pai durante a vida deste. Inclusive, foi violentado diversas vezes por ele. Já no livro *The will to change: Men, masculinity and love*, a feminista norte-americana bell hooks (2004) afirma que a convivência com seu pai foi marcada pelo autoritarismo e pela violência que dele emanava, causando-lhe medo e impedindo uma convivência afetiva.

No patriarcado, a presença do pai e a convivência com ele podem ser tão traumatizantes quanto ou mais que sua ausência. A ausência do ponto de vista documental, sabe-se, está relacionada muitas vezes a um déficit de cidadania (Thurler, 2009); quando ocorre essa ausência do ponto de vista afetivo, entretanto, o que está em jogo é um modelo de masculinidade que leva homens (no caso daqueles dos grupos em pauta) – mas também mulheres – a se queixarem da ausência do masculino-guia em suas formações. Sujeitos abandonados por homens que foram socializados para terem repulsa ao cuidado, à intimidade e à sensibilidade. Essa demanda psíquica, contudo, baseia-se na idealização do pai, na ideia de que a própria subjetividade não estaria lesionada se o *pater* estivesse presente, ideia que também se expande para o mundo público por parte da coletividade em busca de governantes que se mostrem como pais, como mitos, além de se referirem e se associarem ao divino acima de tudo e todos/as/es.

Como se vê nos relatos de Trevisan (2017) e hooks (2004), é comum que a presença paterna seja marcada pelo exercício de um macro e/ou micropoder que mais fere do que cura. Na vida de pessoas LGBTQ+, por exemplo, a presença paterna pode muitas vezes ser presença-ausência ou presença-tirânica, subjugando com violência constante. Isso não significa que outros modelos de paternidade não devam ser reivindicados. Porém, esses outros pais só seriam possíveis na medida em que novos processos de socialização estejam em curso e outras masculinidades em jogo, fora da ordem hierárquica, desumana e inalcançável do patriarca.

Neste artigo, intencionamos discutir os dilemas das paternidades como temas centrais dos grupos de homens analisados em uma dissertação de mestrado. Seja presencial ou virtualmente, o pai é protagonista quando o assunto masculinidades vem à tona. Foi possível identificar isso já no relato dos coordenadores e representantes dos grupos. Eles relataram experiências com seus pais que os levaram a questionar a própria masculinidade, na medida em que sentiam falta de homens mais velhos que pudessem os guiar em suas trajetórias de gênero. Esse incômodo estava na raiz da procura de alguns por espaços terapêuticos onde compartilhassem angústias com outros homens, de certa forma recriando um nicho acolhedor, ainda que atualizando a “casa dos homens” – porém, com uma significativa diferença: um nobre esforço de quebra com o sofrimento que reconheciam ter experienciado, ainda dele padecendo e não o querendo reproduzir com seus filhos. Alguns desses homens, à frente dos grupos, identificavam explicitamente que tais iniciativas masculinas recebiam influência, ainda que indireta,

dos feminismos e com eles deviam dialogar, conforme também identificou Connell (1995) com relação a movimentações semelhantes no exterior e anteriores às brasileiras. Afinal, os feminismos estimularam o repensar da condição dos homens contemporâneos em sociedades em que as mulheres realizam críticas e confrontos ao patriarcado de diversos modos.

Ao observar as interações sociais no *WhatsApp*, embora o pai como protagonista tenha perpassado o cenário desde o início das conversas que foram analisadas, igualmente com os coordenadores e representantes dos grupos, perspectivas menos relativizadoras do patriarcado emergiram, como foi atestado neste artigo. A função paterna esteve em discussão (quem pode ocupá-la, assim como os prejuízos de seu não preenchimento, já que filhos sem pais seriam propensos a se tornarem disfuncionais, entrando no mundo do crime); foi discutida também a relação entre masculinidades e paternidades, já que o pai seria o responsável por prover estabilidade subjetiva ao filho-homem; por fim, emergiu uma cena na qual a paternidade tradicional é subvertida no momento em que uma marca de cosméticos alça um pai transexual à protagonista de sua campanha publicitária, provocando comoção social no Brasil em geral e no interior do coletivo de *WhatsApp* em foco. O que estava em jogo, naquele momento, era a possibilidade de vislumbrar o confronto de perspectivas conservadoras e progressistas no tocante a gênero e sexualidade, entrelaçando-as ao processo de revisão de masculinidades e paternidades que perpassam essas categorias.

Como conclusão, foi possível identificar que embora os grupos pesquisados tenham no geral uma proposta crítica ao patriarcado, estão muito voltados para o dito resgate de uma essência do masculino e suas questões pessoais, especialmente a relação com seus próprios pais e na arena de embates entre suas autoimagens no campo virtual. Nesse movimento de revisão do machismo, é perceptível a emergência de temas e posicionamentos que contradizem o modelo de masculinidade dominante sem necessariamente alterar estruturas sociais profundas da sociedade e da subjetividade. Essa pesquisa sobre os grupos masculinos, entretanto, soma-se a tentativas de interpretar a emergência de novas performances de gênero que substituam a masculinidade tradicional, marcada pelo desprezo a aspectos atribuídos à feminilidade, pois, ainda que com seus limites, tais projetos se constituem em arenas outras de homosociabilidade onde acaba sendo tensionada a noção de que um homem que compartilha suas angústias e sentimentos com outros deva ser visto como fraco ou rebaixado na escala da virilidade.

Em suma, pais, mães ou quaisquer outras pessoas, enquadrados nos modelos modernos de pater-nar e maternar, possuem importância na constituição da subjetividade dos seres sociais que se formam dia após dia e tornam-se humanas. Afinal, em termos de produção do gênero, são pais e mães ou demais cuidadores/as aqueles/as que marcam crianças com expectativas psicossociais. Entretanto, o modelo patriarcal da reprodução tem continuado a sobrecarregar as mulheres no que tange ao exercício da parentalidade, dando liberdade para que os homens escolham ou não serem pais, já que a paternidade ativa não é deles esperada culturalmente. Com isso, solidifica-se um panorama de desigualdades de gênero, bem como de demandas psíquicas represadas entre homens que veem nos seus pais ausentes guias de uma masculinidade que careceria ser fortalecida, perpetuando uma longa tradição patriarcal que segue ainda conformada aos termos míticos do *pater* e da *mater*, dispensando as limitações e as diversidades humanas.

Alberto Luis Araújo Silva Filho é doutorando na UnB e professor colaborador do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM/UnB).

Tânia Mara Campos de Almeida é professora adjunta do Departamento de Sociologia da UnB.

REFERÊNCIAS

Agência Ansa. (2018, 18 de setembro). Casa de mãe solteira é “fábrica de desajustados”, diz Mourão. *Época*. <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/09/casa-de-mae-solteira-e-fabrica-de-desajustados-diz-mourao.html> Acesso em: jun. 2022.

Agência Brasil. (2022, 28 de agosto). Mais de 100 mil crianças não receberam o nome do pai este ano. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-08/mais-de-100-mil-criancas-nao-receberam-o-nome-do-pai-este-ano> Acesso em: mar. 2023.

Almeida, M. V. (1996). *Gênero, masculinidade e poder: Revendo um caso do Sul de Portugal*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Ambra, P. (2021). *O que é um homem? Psicanálise e história da masculinidade no Ocidente*. São Paulo: Zagodoni.

Áries, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC.

Badinter, E. (1992). *XY – Sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Belotti, E. G. (1975). *Educar para a submissão: O descondicionamento da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Bento, Berenice. (2017). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Salvador: Devires.

Bly, R. (1991). *João de Ferro: Um livro sobre homens*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

Butler, J. (2003a). O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, 21, 219–260.

Butler, J. (2003b). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Castro, L, & Leite, I. (Direção). (2019) *O silêncio dos homens*. Papo de Homem e Instituto Pdh; Monstro Filmes.

Connell, R. (1995). Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, 20(2), 185–206.

- Connell, Raewyn. & Messerschmidt, James W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, 21 (1). <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>
- Corrêa, M. (1981). Repensando a família patriarcal brasileira: Notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 37, 5–16.
- Courneau, G. (2014). *Pai ausente, filho carente*. São Paulo: Manole.
- Del Priore, M. (2009). *Ao sul do corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. São Paulo: Editora Unesp.
- Ferraz, C. P. (2019). A etnografia digital e os fundamentos da antropologia para estudos em rede on-line. *Aurora – Revista de arte, mídia e política*, São Paulo, 12(35), 46–69.
- https://doi.org/10.23925/v12n35_artigo3
- Ferraz, C. P., & Alves, A. P. (2017) *Da etnografia virtual à etnografia online: Deslocamentos dos estudos qualitativos em rede digital*. ANPOCS: Caxambu.
- Fonseca, C. (2004). A certeza que pariu a dúvida: Paternidade e DNA. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2): 13-34.
- Foucault, M. (2002). *Em defesa da sociedade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Foucault, M. (2014). *História da Sexualidade, Vol. 1 – A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Freitas, B. I., Machado, R. O. & Scarparo, H. B. K. (2014). Masculinidade em xeque: Reflexões sobre uma experiência em grupo de homens. *Diaphora – Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul*, 1(1), jan./jul., 114–120.
- Freud, S. (2013). *Psicologia das massas e análise do Eu*. Porto Alegre: L&PM.
- Freud, S. (2020). *Luto e melancolia*. São Paulo: LeBooks Editora.
- Freyre, G. (2004). *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global Editora.
- Goffman, E. (2014). *A representação do Eu na vida cotidiana*. São Paulo: Vozes.
- Goffman, E. (1981). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.
- Grossi, Miriam. (1995). Masculinidades: uma revisão teórica. *Antropologia em primeira mão / Programa de Pós Graduação em Antropologia Social*, Universidade Federal de Santa Catarina, n.1.
- hooks, bell. (2004). *The will to change: Men, masculinity and love*. Nova York: Washington Squa-

re Press.

IPEA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/>. Acesso em: 04 de julho de 2024.

Kafka, F. (2004). *Carta ao pai*. São Paulo: L&PM.

Kirjner, D. (2016). *Entre gênero e espécie: À margem teórica das Ciências Sociais e do feminismo* (Tese de Doutorado). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília.

Lacan, J. (2005). *Nomes-do-pai*. Rio de Janeiro: Zahar.

Laitano, C. (2020). Pai de todos, pai de ninguém: Modelos de paternidade no período abolicionista. *Nau Literária*, 17(1), 54–71.

Lauretis, T. (2019). A tecnologia do gênero. In H. B. Hollanda (org.). *Pensamento feminista: Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Lévi-Strauss, C. (2012). *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis: Editora Vozes.

Mesquita, Y. M., & Silva-Corrêa, H. C. (2021). A “masculinidade tóxica” em questão: Uma perspectiva psicanalítica. *Revista Subjetividades*, 21(1), e10936. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v21i1.e10936>

Pamplona, R. S. & Barros, B. W. (2021). As masculinidades à brasileira: Um balanço das produções sobre o tema nos periódicos científicos. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica*, São Paulo, 95, 1-20. <http://dx.doi.org/10.17666/bib9505/2021>

Perelson, S. (2006). A parentalidade homossexual: Uma exposição do debate psicanalítico no cenário francês atual. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(3), set./dez., 709-730.

Pinho, G. S. (2020). *Travessias da paternidade: Um estudo sobre o pai e sua função na clínica e na cultura* (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Pombo, M. F. (2019). Família, filiação, parentalidade: Novos arranjos, novas questões. *Psicologia USP*, 30. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e180204>

Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar.

Sarti, C. A. (1992). Contribuições da Antropologia para o estudo da família. *Psicologia USP*, São Paulo, 3(1-2), 69–76.

Scott, J. (1986). Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*, Vol.

91, No. 5 (Dec., 1986), pp. 1053-1075.

Segato, R. L. (1998). *O percurso do gênero na Antropologia e para além dela*. Brasília: Série Antropológica.

Segato, R. L. (2003). La economía del deseo en el espacio virtual: Hablando sobre religión por la internet. In R. L. Segato. *Las estructuras elementales de la violencia*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.

Skageby, J. (2011). *Online ethnographic methods: Towards a qualitative understanding of virtual community practices*. Linköping: Copyright IGI Global.

Sleenes, R. W. (2012). *Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas: Editora Unicamp.

Silva Filho, Alberto L.A. (2021). *Em busca do outro masculino Grupos de homens no Distrito Federal*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de Brasília.

Thurler, A. L. (2006). Outros horizontes para a paternidade brasileira no século XXI? *Sociedade e Estado*, Brasília, 21(3), set./dez., 681–707.

Thurler, A. L. (2009). *Em nome da mãe: O não reconhecimento paterno no Brasil*. Florianópolis: Editora Mulheres.

Trevisan, J. S. (2017). *Pai Pai*. São Paulo: Alfaguara.

Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: Dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, 9(2), 460-482.

<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>

Zanello, Valeska. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Editora Appris.

A PATERNIDADE E A PARENTALIDADE NO CENTRO PELA BUSCA DE OUTRAS MASCULINIDADES ENTRE GRUPOS DE HOMENS

Resumo: O presente artigo resulta de etnografia digital realizada por quatro meses em 2020 em dois coletivos de *WhatsApp*, formados exclusiva e espontaneamente por grupos de homens cuja origem geográfica é o Distrito Federal. Os grupos de homens têm emergido nos últimos anos no país enquanto espaços nos quais sujeitos que se identificam e são identificados com o gênero masculino se reúnem para debater a atual condição do ser homem, por vezes com o propósito de questionar e revisar modelos tradicionais de masculinidade. Na arena virtual, foi evidenciado que as questões da paternidade e do seu exercício, a parentalidade, estão entre as preocupações e os afetos centrais daqueles que buscam esses locais para compartilhar dilemas psíquicos e subjetivos de sua existência gendrada, revelando valores e representações ainda muito conservadores. O artigo apresenta momentos-chave nos quais essa discussão se desdobrou em temas como: a função do pai na formação da masculinidade do filho; quem pode legitimamente preencher a função paterna; e a subversão da paternidade desde a afirmação de outras identidades de gênero hoje. A discussão desse objeto de estudo articula reflexões sobre o patriarcado no Brasil e a construção social das masculinidades.

Palavras-chave: masculinidades; paternidade; parentalidade; gênero; grupos de homens.

PATERNITY AND PARENTING IN THE CENTER OF THE SEARCH FOR OTHER MASCULINITIES BETWEEN GROUPS OF MEN

Abstract: This article is the result of a digital ethnography carried out for four months in 2020 in two WhatsApp collectives, formed exclusively and spontaneously by groups of men whose geographical origin is the Federal District (Brazil). Men's groups have emerged in recent years in the country as spaces in which subjects who identify and are identified with the masculine gender meet to discuss the current condition of being a man, sometimes with the purpose of questioning and revising traditional models of masculinity. In the virtual arena, it was evidenced that the issues of paternity and its exercise, parenting, are among the central concerns and affections of those who seek these places to share psychic and subjective dilemmas of their gendered existence, revealing values and representations that are still very conservative. The article presents key moments in which this discussion unfolded in themes such as: the father's role in the formation of the son's masculinity; who can legitimately fulfill the paternal role; and the subversion of paternity since the affirmation of other gender identities today. The discussion of this object of study articulates reflections on patriarchy in Brazil and the social construction of masculinities.

Keywords: masculinities; paternity; parenting; gender; groups of men.

PATERNIDAD Y PARENTALIDAD EN EL CENTRO DE LA BÚSQUEDA DEL OTRAS MASCULINIDADES EN GRUPOS DE HOMBRES

Resumén: Este artículo es el resultado de una etnografía digital realizada durante cuatro meses en 2020 en dos colectivos de *WhatsApp*, formados exclusiva y espontáneamente por grupos de hombres cuyo origen geográfico es el Distrito Federal (Brasil). Los grupos de hombres han surgido en los últimos años en el país como espacios en los que sujetos que se identifican y son identificados con el género masculino se reúnen para discutir la condición actual de ser hombre, en ocasiones con el propósito de cuestionar y revisar modelos tradicionales de masculinidad. En la arena virtual, se evidenció que las cuestiones de la paternidad y su ejercicio, la crianza, se encuentran entre las preocupaciones y afectos centrales de quienes buscan estos espacios para compartir dilemas psíquicos y subjetivos de su existencia generizada, revelando valores y representaciones que siguen siendo muy conservadores. El artículo presenta momentos clave donde esta discusión se desarrolló en temas como: el papel del padre en la formación de la masculinidad del hijo; quién puede cumplir legítimamente la paternidad; y la subversión de la paternidad desde la afirmación de otras identidades de género en la actualidad. La discusión de este objeto de estudio se articulará con reflexiones sobre el patriarcado en Brasil y la construcción social de las masculinidades.

Palabras clave: masculinidades; paternidad; parentalidad; género; grupos de hombres.

RECEBIDO: 30/09/2022

ACEITO: 21/04/2023

PUBLICADO: 01/10/2024



Este é um material publicado em acesso
aberto sob a licença *Creative Commons*
BY-NC